

Num momento em que este Orçamento de Estado, aprovado, irá agravar ainda mais a vida e aprofundar a ofensiva contra os serviços públicos, destruindo ainda mais a vida dos Castromarinenses e dos portugueses. Num momento em que por decisão do Governo e das troikas, as populações de Castro Marim foram confrontadas com a intenção de encerramento de vários serviços públicos, nomeadamente, as Extensões de Saúde de Odeleite e Azinhal, a tesouraria da Segurança Social e agora, a Repartição de finanças.

Decisões, que a irem por diante, vão tornar ainda mais difícil a nossa vida, já de si castigada pelo conjunto de roubos nos salários, reformas, pensões e pelo aumento do custo de vida.

Trata-se de uma política de abandono do Concelho e desprezo pelos trabalhadores e das populações que aqui residem e trabalham. É preciso dizer Basta!

Esta acção, promovida pela comissão de utentes de Castro Marim, constitui mais uma demonstração inequívoca do repúdio dos trabalhadores e das populações pelas políticas que têm vindo a ser seguidas pelo Governo.

Não existem inevitabilidades, mas sim vontades e opções políticas. O Governo tem as suas e quanto mais denunciarmos o seu carácter anti-social e antidemocrático, mais se evidencia a necessidade de uma efectiva mudança de rumo.

Ano após ano, têm sido impostos novos sacrifícios à população e aos trabalhadores com a promessa de um futuro melhor. Mas, e como seria de esperar, vemos ainda mais destruição, passo a passo, de direitos sociais e laborais dos postos de trabalho e dos serviços públicos, em paralelo com a destruição do sector produtivo e o enriquecimento escandaloso dos detentores do poder económico e financeiro, sem que se resolvam os reais problemas do país.

O povo e os trabalhadores da Castro Marim não aceitam mais e mais sacrifícios e reclamam uma nova política que defenda os serviços públicos e de qualidade, que promova o emprego com direitos, impulse o sector produtivo e dinamize o crescimento económico, uma política orçamental que oriente o investimento para necessidades estruturais, para a melhoria das condições de vida das pessoas, uma política que implemente a coesão social.

Neste sentido, **A COMISSÃO DE UTENTES** dos serviços públicos do concelho, conjuntamente com a população e os trabalhadores de Castro Marim, comprometemo-nos continuar a lutar contra o encerramento dos serviços públicos, exigindo a manutenção e melhoramento de todos os serviços do Concelho, nomeadamente as Extensões de Saúde, a Segurança Social, as Finanças, Registo Civil e os CTT.

Decidimos aqui, hoje, continuar unidos nesta luta de todo o concelho e solidários com todos os outros concelhos que venham a sofrer e que lutem contra estas medidas de destruição, não permitindo este saque e possível entrega nas mãos privadas, continuando assim uma luta imparável pela defesa dos serviços públicos de Castro Marim.

O prosseguimento e intensificação da luta, é o caminho seguro para obter resultados. Por isso, assumimos o compromisso de continuar a lutar:

1. Pela defesa da segurança social pública, universal e solidária, reafirmando a validade da proposta da CGTP-IN que garante a sustentabilidade do sistema sem que haja redução do valor das pensões e aumento da idade de reforma;

2. Por políticas sociais avançadas que reduzem desigualdades, promovam uma nova política de saúde com base no Serviço Nacional de Saúde e previnam a pobreza e a exclusão social;
3. Pelo prolongamento de 24 h do Centro de Saúde de Castro Marim;
4. Pela requalificação, abertura e prolongamento das extensões de saúde do Azinhal e de Odeleite;
5. Pela exigência da reabertura da tesouraria da segurança social e manutenção de todas as suas valências;
6. Pelo NÃO, ao possível encerramento do balcão de finanças e registo civil;
7. Pelo NÃO, à privatização e possível encerramento dos CTT;
8. Pela valorização do sistema público de educação e medidas que contribuam para a sua democratização e mais e melhor escola pública, dignificando a função escolar;
9. Por uma Administração Pública eficaz, com emprego público dignificado e serviços públicos de qualidade;
10. Por políticas de promoção do emprego e trabalho com direitos;
11. Pela melhoria dos salários e pensões, contra o crescente e insuportável aumento do custo de vida.

Aqui afirmamos, que tudo faremos para que em todas as freguesias, em todos os bairros, em todos os locais de trabalho, prosseguiremos a luta pela defesa dos serviços públicos, intensificando a mobilização e esclarecimento.

DIZER NÃO, ao encerramento dos Serviços Públicos.

DIZER NÃO, ao abandono e desertificação da nossa região e suas populações.

DIZER NÃO, por nós, pelos nossos filhos e gerações futuras.

Vamos continuar a denunciar o discurso falso e enganoso do Governo.

Vamos evidenciar as injustiças e violências da acção patronal e das políticas do Governo.

Vamos afirmar com força as nossas reivindicações.

Vamos unir esforços para acções cada vez mais convergentes.

A luta é o caminho. Só através dela podemos obter resultados. Prova-o a experiência. Com confiança, determinação e muita combatividade, continuaremos a bater-nos pelos nossos direitos, pelo progresso social e pelo desenvolvimento do país.

O Futuro do País não pode continuar a ser hipotecado.

A Concentração contra os encerramentos e defesa dos Serviços Públicos,

17 De Dezembro de 2013

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Divisão de Apoio às Comissões

CAOTPI

Nº Único

487861

Entrada/Saida nº

7 Data 29/2/14

ABAIXO-ASSINADO

A 11ª Comissão

14.2.2014

leonor6e

DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTENSÕES DE SAÚDE, REPARTIÇÃO DE FINANÇAS E SEGURANÇA SOCIAL

Num momento em que o Governo PSD/CDS pretende encerrar os serviços públicos de Castro Marim, nomeadamente as Extensões de Saúde, a Repartição de Finanças e a Segurança Social, a resistência e a luta das populações e dos trabalhadores são determinantes para derrotar esta ofensiva de eliminação de serviços públicos.

A comissão de utentes dos serviços públicos de Castro Marim contesta e repudia esta imposição por parte do Governo.

Para além de destruir mais postos de trabalho e grande parte da economia local, será mais um motivo para a desertificação, para o aumento das despesas da população com deslocações, causando um grande transtorno aos idosos.

Por estas razões, os/as subscritores/as deste abaixo-assinado, que pagam os seus impostos e contribuições, exigem que os serviços públicos de Castro Marim continuem ao serviço das populações.

NOME	LOCALIDADE